

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de computadores de alto desempenho destinados ao setor de engenharia civil da prefeitura do município de Angatuba, compatíveis com softwares especializados e capazes de atender às demandas técnicas do setor, conforme condições, e especificações estabelecidas neste Termo de referência e seus anexos.

1.2 O objeto deste procedimento é caracterizado como comuns, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

Item	Descrição	Un.	Qtd
01	<ul style="list-style-type: none">Processador: Modelo com 12 núcleos físicos e 20 threads, clock base de 3.6 GHz e boost de até 5.0 GHz, compatível com soquete LGA 1700, TDP de 125W, suporte a memórias DDR4 e DDR5, cache total de 25 MB, desbloqueado para overclocking e acompanhado de cooler compatível.Cooler do Processador: Sistema de resfriamento a ar com torre de dissipação de alumínio, heat pipes para melhor transferência térmica e ventoinha de 120 mm com alto fluxo de ar e baixo ruído, compatível com o soquete LGA 1700.Placa de Vídeo: GPU dedicada com 6 GB de memória GDDR6, barramento PCIe 4.0 x8, largura de banda de 14 Gbps, interface de 128 bits, boost clock de até 1800 MHz, suporte a tecnologias de aceleração gráfica e otimização para renderização 3D. Possui saídas de vídeo HDMI 2.1 e DisplayPort 1.4a, resolução digital máxima de 7680x4320 e consumo energético médio de 115W.Placa-Mãe: Formato Micro ATX, chipset compatível com processadores de última geração, soquete LGA 1700, suporte para memórias DDR4 em	UN	03

	<p>arquitetura dual-channel com frequência de até 3200 MHz, slot PCIe 4.0 x16 para placa de vídeo, portas USB 3.2 Gen 1 no painel traseiro, conectores internos para expansão, saídas de vídeo HDMI e DisplayPort, além de canais de áudio de alta definição.</p> <p>▮ Memória RAM: Dois módulos de 8 GB DDR4, totalizando 16 GB, frequência de 3200 MHz, latência CL16, voltagem de 1.35V, tecnologia XMP para otimização de desempenho e dissipador térmico de baixo perfil para melhor resfriamento.</p> <p>▮ Armazenamento: SSD NVMe M.2 com capacidade de 500 GB, interface PCIe Gen 4.0 x4, velocidade de leitura sequencial de até 3500 MB/s e gravação sequencial de até 2100 MB/s, tempo médio entre falhas (MTBF) de 1.500.000 horas e resistência de até 320 TBW.</p> <p>▮ Fonte de Alimentação: Modelo de 650W com certificação 80 Plus Bronze, tensão de entrada de 100-240V, PFC ativo, proteções elétricas contra sobretensão (OVP), subtensão (UVP), sobrecorrente (OCP), sobrecarga (OPP), curto-circuito (SCP) e superaquecimento (OTP). Dimensões de 150x140x86 mm e eficiência mínima de 80%.</p> <p>▮ Gabinete: Formato Mid Tower, estrutura em aço, compatível com placas-mãe Micro ATX e ATX, painel frontal com design de malha para melhor ventilação, espaço interno compatível com placas de vídeo de até 320 mm e coolers de CPU de até 160 mm de altura. Possui três ventoinhas pré-instaladas, lateral em vidro temperado e suporte para fontes de alimentação com até 165 mm de comprimento.</p> <p>Licença de uso do sistema operacional Windows 10 Pro ou superior, em português;</p>		
--	--	--	--

1.3 A elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) fica DISPENSADA, de modo que todo o estudo acerca da contratação se encontra pormenorizada neste instrumento, em conformidade com o art. 4º do Decreto Municipal nº 782/2024.

2. DO OBJETIVO, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Objetivo

A aquisição de computadores de alto desempenho visa modernizar a infraestrutura tecnológica do setor de engenharia civil da Prefeitura do Município de Angatuba, proporcionando equipamentos compatíveis com softwares especializados utilizados na elaboração, análise e gestão de projetos de obras públicas. Essa melhoria permitirá maior eficiência, precisão e produtividade na execução das atividades técnicas do setor.

2.2. Fundamentação

A aquisição está fundamentada na necessidade de atualização do parque tecnológico do setor de engenharia civil da prefeitura, garantindo que os profissionais do setor disponham de equipamentos adequados para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, incluindo pavimentação, drenagem, edificações e demais obras públicas. Além disso, a adoção de ferramentas tecnológicas modernas, especialmente aquelas baseadas na metodologia BIM (Building Information Modeling), está alinhada às diretrizes da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que recomenda o uso dessa tecnologia para aprimorar a eficiência e a transparência na gestão de obras públicas.

2.3. Descrição da Necessidade

O setor de engenharia civil da Prefeitura de Angatuba atualmente opera com equipamentos defasados, que não possuem capacidade de processamento e armazenamento adequados para rodar softwares especializados, resultando em baixa produtividade, dificuldades na modelagem e análise de projetos e maior incidência de falhas técnicas. Com a aquisição dos novos computadores, será possível:

- Executar softwares de engenharia e arquitetura com maior desempenho e estabilidade;

- Implementar a modelagem e gestão de projetos por meio da tecnologia BIM, permitindo a integração entre disciplinas e redução de erros;
- Aumentar a eficiência na elaboração e revisão de projetos, minimizando retrabalho e otimizando o tempo de resposta às demandas;
- Melhorar a qualidade e precisão dos projetos, resultando em obras mais bem planejadas e executadas.

2.4. A modernização dos equipamentos de informática é, portanto, essencial para garantir que a equipe técnica possa desempenhar suas funções de maneira eficaz, alinhada às melhores práticas e exigências normativas do setor de engenharia pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição e implantação de computadores de alto desempenho destinados ao setor de engenharia civil da Prefeitura do Município de Angatuba, garantindo infraestrutura adequada para a elaboração, análise e gestão de projetos de obras públicas. Os novos equipamentos serão configurados para atender às exigências dos softwares especializados utilizados na área, proporcionando maior eficiência, precisão e integração nos processos de trabalho.

A solução abrange os seguintes aspectos:

4.1. Infraestrutura de Hardware

Os computadores adquiridos serão compostos por componentes de última geração, garantindo capacidade de processamento compatível com softwares de engenharia, arquitetura e planejamento urbano, incluindo ferramentas baseadas na tecnologia BIM. As configurações incluem:

- Processador de alto desempenho com múltiplos núcleos e threads para garantir velocidade e estabilidade no processamento de modelagens complexas;
- Placa de vídeo dedicada para otimizar o desempenho gráfico e a renderização de projetos 3D;
- Memória RAM de alta capacidade, assegurando fluidez na execução de múltiplos processos simultâneos;

-
- Unidade de armazenamento SSD de alta velocidade, garantindo carregamento rápido de arquivos e maior eficiência operacional;
 - Placa-mãe e fonte de alimentação robustas, garantindo confiabilidade e expansão futura;
 - Gabinete adequado com sistema de resfriamento eficiente para assegurar a longevidade dos componentes.

4.2. Softwares Especializados

Os equipamentos serão compatíveis com softwares utilizados no setor de engenharia civil, tais como:

- **Softwares de Modelagem BIM:** Permitem a criação e coordenação de projetos de forma integrada, reduzindo inconsistências e otimizando o planejamento e execução das obras;
- **Softwares de CAD (Desenho Assistido por Computador):** Utilizados para a criação de plantas, cortes e detalhamentos técnicos;
- **Softwares de Análise Estrutural e Geotécnica:** Essenciais para cálculos de resistência, estabilidade e segurança das edificações e infraestruturas;
- **Softwares de Orçamentação e Planejamento:** Auxiliam na estimativa de custos, cronogramas e gestão de recursos das obras públicas.

4.3. Benefícios da Solução

A implantação da nova infraestrutura proporcionará diversos benefícios ao setor de engenharia civil da Prefeitura, incluindo:

- **Aumento da produtividade:** Equipamentos mais rápidos e eficientes reduzirão o tempo necessário para desenvolvimento e revisão de projetos;
- **Redução de erros e retrabalho:** A integração dos projetos por meio da tecnologia BIM garantirá maior precisão e compatibilidade entre as disciplinas;
- **Melhoria na qualidade das obras públicas:** Projetos mais detalhados e bem planejados resultarão em execuções mais eficientes e seguras;

- **Conformidade com legislações vigentes:** A utilização da metodologia BIM está alinhada às diretrizes da nova Lei de Licitações, promovendo maior transparência e eficiência na gestão de contratos públicos;
- **Melhoria na gestão e fiscalização das obras:** A tecnologia permitirá um acompanhamento mais preciso da execução das obras, reduzindo riscos e garantindo melhor aplicação dos recursos públicos.

Com essa solução, o setor de engenharia civil da Prefeitura de Angatuba contará com uma infraestrutura moderna e eficiente, permitindo maior agilidade e qualidade na concepção e execução de projetos de obras públicas, resultando em benefícios diretos a população.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA-ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS, LOCAL

- 4.1.** O licitante vencedor deverá entregar o objeto licitado após a emissão da solicitação da Secretaria de Habitação Obras e Serviços Públicos, no prazo máximo de 20(vinte) dias.
- 4.2.** Os equipamentos deverão ser entregues na prefeitura municipal localizada a Rua João Lopes Filho, nº 120, Centro, Angatuba-SP.
- 4.3.** O licitante vencedor ficará obrigado a trocar, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da notificação, o produto, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- 4.4.** Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, marca, modelo, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, origem e outros, devendo obedecer também às regulamentações de órgãos tais, como INMETRO e ABNT.
- 4.5.** Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e originais, que atendam ou superem os padrões de qualidade e desempenho das especificações contidas nesse termo de referência.

5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de 12 (doze) meses, ou pelo período fornecido pelo fabricante, caso este seja superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2. A garantia assegurará que os itens fornecidos estarão em perfeitas condições de uso, sem qualquer custo adicional para o Contratante.

5.3. Os itens que apresentarem vícios ou defeitos durante o período de garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso e originais, que atendam ou superem os padrões de qualidade e desempenho dos itens fornecidos.

5.4. Após notificação, o Contratado deverá realizar a substituição dos bens com vícios ou defeitos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

5.5. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, desde que aprovada pelo Contratante.

5.6. A vigência da garantia, seja legal ou contratual, é independente do prazo do contrato, permitindo a aplicação de penalidades caso qualquer de suas condições seja descumprida, mesmo após o término da vigência contratual.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade do equipamento;

6.2 Após a conferência do equipamento e a confirmação do atendimento aos requisitos de qualidade exigidos, a medição da aquisição será liberada em uma única vez.

6.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional a irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

6.3.1 Não produziu os resultados acordados;

6.3.2 Deixou de entregar os equipamentos com os requisitos mínimos exigido;

6.4 Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com as notas fiscais, os comprovantes atualizados de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), e Certidão negativa de Débitos Federal, sob pena de suspensão do pagamento.

6.5 A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, que, a critério do Município de Angatuba-SP, se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto nos artigos 124 e 125 da lei 14.133/2021.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

7.1 A gestão do contrato caberá ao servidor **Adriel Cristiano Momberg**.

7.2 A fiscalização será exercida por **Lucas Martins Machado do Amaral** formalmente designados para o acompanhamento da contratação e entrega dos materiais, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

7.3 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

7.3.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

7.3.2 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 12 (doze) meses;

7.3.3 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

7.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria de Habitação Obras e Serviços Públicos para

adoção das medidas cabíveis, consoante ao disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

7.5 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

7.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, conforme a legislação vigente;

7.7 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Habitação Obras e Serviços Públicos e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

7.8 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8. DO PAGAMENTO

8.1 Liquidação

8.1.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais dos documentos, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.1.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.4. Constatando-se situação de irregularidade na aquisição/serviço, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do empenho/contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.2 Prazo do pagamento

8.2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA após a realização dos serviços, em uma única vez, **em até 30 (trinta) dias consecutivos**, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do equipamento/serviço, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação Aviso de Contratação Direta;

8.2.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

8.2.3. O órgão poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

8.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.2.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.3 Forma de pagamento

8.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de

licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta **menor preço**.

9.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são usuais para a generalidade dos objetos, conforme abaixo:

9.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Certidão de Regularidade Junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça); e
- c) Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

9.2.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), visto que esse abrange o cadastro no CNJ, do CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

9.2.1.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.1.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. Habilitação jurídica

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta

Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

9.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.4.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos a Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

9.4.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

9.4.7. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

9.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5. Qualificação Econômico-financeira

9.5.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021;

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 22.455,12 (Vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos)** conforme Nota Técnica – Relatório da Pesquisa de Preços.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas acima mencionadas correrão por conta da dotação 156, unidade orçamentaria 002.011.002.002.000

Prefeitura do Município de Angatuba | SP, 09 de abril de 2025

Responsável pela Elaboração da Demanda:

JOÃO PAULO DA SILVA

Chefe de Setor

Secretaria Municipal de Habitação, Obras e Serviços Públicos

Nº de matrícula: 3434

De acordo:

ENGº ADRIEL CRISTIANO MOMBERG

Secretário Municipal de Habitação, Obras e Serviços Públicos

Nº de matrícula: 3870